

FOLHA CIÊNCIA

Tel.: 0/xx/11/224-3178
E-mail: ciencia@uol.com.br
Fax: 0/xx/11/224-4217

Serviço de atendimento ao assinante:
0/xx/11/224-3090

PÁGINA A 30 ★ SÃO PAULO, DOMINGO, 19 DE NOVEMBRO DE 2000

AMAZÔNIA Programa piloto só consumiu 1/3 dos US\$ 330 milhões doados a experiências com desenvolvimento sustentável

Lentidão marca projeto do G-7 para floresta

CLAUDIO ANGELO

ENVIADO ESPECIAL À AMAZÔNIA

Nem tudo na Amazônia são más notícias. Um programa financiado pelos países mais industrializados do mundo e tocado pelo governo brasileiro mostra que o tal desenvolvimento sustentável não só existe como já está sendo implantado na região —mas com baixa eficiência.

Batizado de Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, ou simplesmente PPG-7, o programa está completando cinco anos de funcionamento, com recursos de US\$ 330 milhões emprestados a fundo perdido pelo G-7 (o grupo das sete nações mais ricas).

O dinheiro financia ações de comunidades organizadas, ONGs, cooperativas de produtores, empresas privadas e governos estaduais que ajudem a reverter a equação “desenvolvimento = desflorestamento” nos nove Estados da Amazônia Legal.

Seus primeiros resultados foram apresentados numa revisão de meio termo, espécie de “prova” aplicada por duas empresas de consultoria a pedido do Banco Mundial, que administra o dinheiro. O programa recebeu média 7: segundo os avaliadores, o PPG-7 tem “alto grau de relevância” e “razoável nível de sustentabilidade” em seus projetos —mas baixa eficiência.

O PPG-7 surgiu durante a Eco-92, no Rio, mas só começou a usar o dinheiro do fundo em 1996. Nesse meio-tempo, ajudou a demarcar 22 milhões de hectares de terras indígenas, estabeleceu 2,1 milhões de hectares de reservas extrativistas, treinou 12 mil pessoas em combate a incêndios e implantou 53 projetos de pesquisa sobre desenvolvimento sustentável e conservação.

“Antes desse programa ninguém falava em desenvolvimento sustentável”, diz a secretária de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegretti. “Hoje o que se discute é como alcançá-lo”, diz.

“O povo do interior está começando a entender a questão ambiental”, anima-se a economista alemã Christiane Kunze, enquanto sacoleja pelas estradas da região para visitar subprojetos do PPG-7. Kunze é consultora do KfW, um banco estatal alemão responsável por 45% do dinheiro.

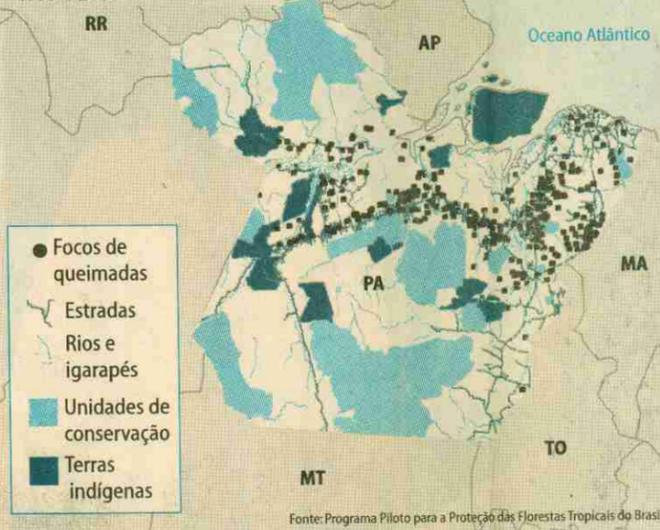
Redução de incêndios

Não é exagero. Um dos projetos do PPG-7 no Pará conseguiu fazer com que a população do sudeste do Estado passasse a fiscalizar focos de queimadas e denunciá-los ao Ibama e ao Governo do Estado. O resultado foi a redução de 25%

QUEIMADAS NO PARÁ

Imagem feita com dados de satélite mostra focos no Estado

Programa reduziu incêndios no sudeste do Estado em 25% entre 1999 e 2000



Fonte: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil

dos incêndios entre 1999 e 2000.

Outro dos subprogramas, o PDA (Projetos Demonstrativos na Amazônia), financia a ação de ONGs junto a pequenos produtores. No Pará, à beira da Transamazônica, eles estão começando a usar produtos de reservas florestais para complementar a renda sem desmatar (leia texto abaixo).

No Acre, famílias de agriculto-

res colhem sementes de árvores como o mogno para vender a projetos de reflorestamento.

“É difícil convencer o pequeno produtor a evitar queimadas e derrubadas e a entender que pode ganhar alguma coisa com a floresta em pé”, diz Paulo Adario, coordenador da Campanha Amazônia da ONG Greenpeace.

Nesses cinco anos, o PPG-7

também começou a estabelecer relações com a iniciativa privada, um dos maiores calos da questão ambiental na Amazônia.

No Amazonas, um subprograma do PPG-7, o Pró-Manejo, aliou-se a empresas privadas e ajudou a madeireira Gethal a obter certificação para a exportação de madeira —um “selo verde” internacional que garante ao comprador que a extração não ajudou a destruir a floresta.

Lentidão

O trabalho com as comunidades e ONGs vai bem, mas a revisão de meio termo critica a lentidão do programa, tomando por base os desembolsos. Até agora só foi usado um terço do dinheiro do fundo. “Isso ilustra a fraqueza que prevalece nos ciclos dos projetos, rigidez administrativa e processos complexos de tomada de decisão”, diz o relatório.

“Acho complicado medir o sucesso do programa pelo desembolso”, diz Harald Lussack, da GTZ (agência de cooperação técnica alemã), que dá apoio técnico e científico ao PPG-7. Segundo ele, muitas coisas não dão resultados a curto prazo e muitos projetos com pouco investimento são bem-sucedidos.

A avaliação das consultorias também critica a “falta de visão estratégica” e de integração do

PPG-7. Em outras palavras, o governo brasileiro parece não saber direito o que quer do programa.

“O conjunto do PPG-7 ainda é frágil, porque ele começou a ser implantado em fragmentos”, diz Mary Allegretti. “Nunca sai de uma escala pequena, porque é fácil transformar um pequeno projeto num gueto de excelência.”

Segundo Allegretti, o PPG-7 precisa passar a fazer parte das diretrizes de desenvolvimento do governo para poder se perpetuar depois que o dinheiro do fundo for gasto. “Ele precisa deixar de ser um programa de governo e passar a integrar o próprio governo”, afirma a secretária.

Avança Brasil

Para isso, é preciso superar outro impasse: como aliar o desenvolvimento sustentável com o projeto do governo federal de implantar obras de infra-estrutura na região, ao longo dos chamados “eixos de desenvolvimento” do programa Avança Brasil —que prevê abertura e pavimentação de estradas na Amazônia.

“Você tem um programa como esse, cuja escala não é regional, e um programa de infra-estrutura regional. O desafio é equilibrar as duas coisas”, diz Allegretti.

O jornalista Claudio Angelo viajou à Amazônia a convite da Embaixada da República Federal da Alemanha

Reserva legal pode aumentar renda

DO ENVIADO À AMAZÔNIA

Darcirio Vronski, 50, aponta orgulhoso o galão de plástico cheio de líquido amarelado viscoso no chão de sua casa, no município paraense de Medicilândia. “Olha aí. É o óleo de copaíba”, diz. “Uma árvore só deu 12 litros.”

Entende-se a animação de Vronski: ele receberá R\$ 120 pelo óleo, de uma empresa paulista interessada em usá-lo para produzir cosméticos. Todo o trabalho que ele e os filhos tiveram foi achar uma árvore de copaíba, fazer um buraco no tronco e esperar.

O dinheiro não é muito. Mas, normalmente, a árvore teria sido derrubada e vendida a um madeireiro por um décimo desse valor.

Vronski e 80 pequenos produtores dos municípios de Medici-

lândia e Pacajá, às margens da rodovia Transamazônica, estão aprendendo a usar recursos das reservas legais de floresta de suas terras para aumentar sua renda.

As reservas, que por lei devem ser de 80% (o tamanho médio das propriedades é cem hectares), foram reduzidas a metade disso durante os 29 anos de ocupação das margens da rodovia.

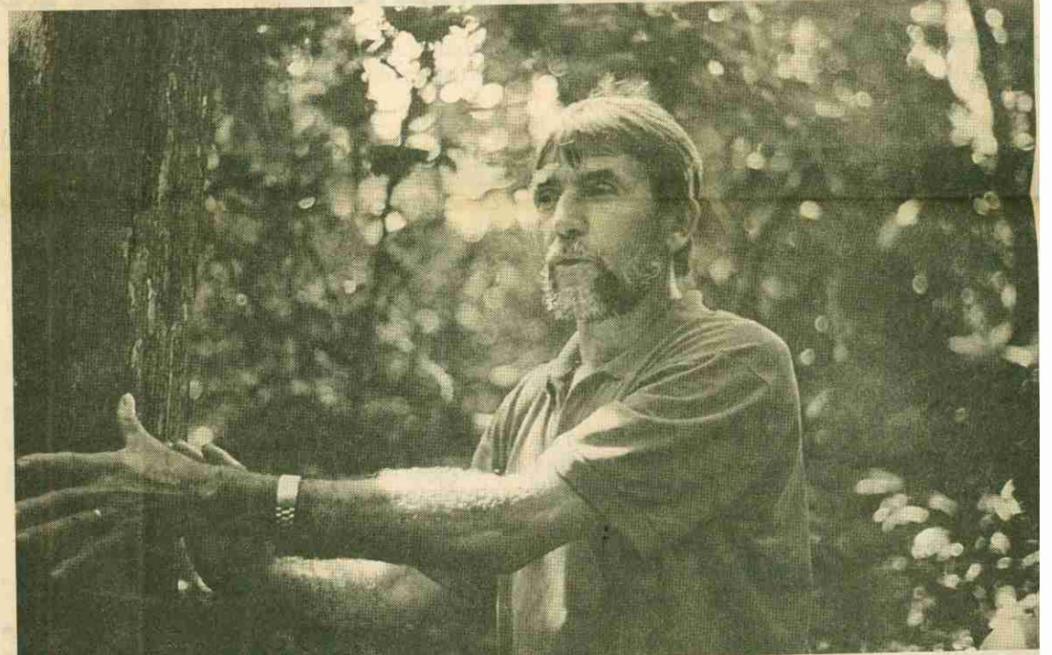
“Os produtores sempre viram a reserva de mata como uma reserva de terras, que poderia ser desmatada a qualquer momento para a agricultura”, afirma a engenheira florestal Laurene Martins, da Fundação Viver, Produzir e Preservar. A ONG, sediada em Altamira, recebeu R\$ 210 mil do PPG-7 para desenvolver projetos agroflorestais que evitem desmatamento e queimadas em peque-

nas propriedades da região.

A equipe de Martins está fazendo um inventário dos produtos florestais de cada uma das propriedades —como copaíba, andiroba e açaí— e criando técnicas para sua exploração sustentável.

“Não esperamos que eles deem um retorno financeiro fantástico”, afirma. “O importante é fazer os produtores enxergarem algum valor na floresta em pé.” A fundação espera, ao concluir o inventário, criar um selo de certificação de produtos da Transamazônica, para facilitar a comercialização.

A família de Vronski, que trocou o Paraná pelo Pará em 1976, anima-se com a mata no próprio quintal. Só tem medo das onças. “Semana passada uma onça matou 12 cabeças de gado da minha mãe”, conta Rosa Vronski. (CA)



O agricultor Darcirio Vronski, de Medicilândia, Pará, segura árvore de copaíba, que produz óleo

Claudio Angelo/Folha Imagem